

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM CAMINHO PARA A REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA.**

Laís Barbosa da Rocha: Orientadora: Rafaella Asfora Siqueira Campos Lima.

*Universidade Federal de Pernambuco- Recife/PE;*  
laisbarbosa245@hotmail.com ; asforarafaella@gmail.com

**Resumo:** Este artigo é um recorte de um projeto de pesquisa, apresentado na Universidade Federal de Pernambuco, na disciplina de Educação Inclusiva, tendo como base a apresentação do paradigma da Educação Especial no Brasil, da Integração e da Educação Inclusiva. E apresenta como está sendo garantida ou não a participação das pessoas com deficiência no que se refere aos processos de representação estudantil na sala de aula e na comunidade escolar. Como também, busca apresentar quais as barreiras que são enfrentadas pelas pessoas com deficiência matriculadas na escola. O estudo de caráter qualitativo foi realizado em uma escola da rede pública de ensino, localizada na Região Metropolitana do Recife. A pesquisa foi direcionada a partir de uma entrevista semiestruturada e com observações realizadas no entorno e no interior escolar.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Representação Estudantil, Pessoas com Deficiência.

### **1 INTRODUÇÃO**

Para fazer parte da fundamentação teórica, foi realizado um estudo sobre o histórico da Educação Especial como esta surgiu e caracterizando hoje sob o paradigma da Educação Inclusiva, como também o paradigma de integração e inclusão, as barreiras atitudinais presente na escola, a representação social, como também a participação nos processos de representação estudantil nos espaços escolares e a perspectiva dos marcos legais no Brasil.

O objetivo geral é conhecer quais as barreiras das Pessoas com Deficiência matriculadas na escola no que se refere aos processos de participação estudantil. E os objetivos específicos é descobrir se as pessoas com deficiência participam dos processos de representação estudantil e se estas tem vez e voz na escola e aprender na comunidade escolar como se dá processo de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência na sala de aula.

O processo histórico da Educação Especial à Educação Inclusiva foi marcado por muitos déficits e avanços. Conforme aponta Kassir (2013) as pessoas com deficiências eram tratadas na sociedade como pessoas “doentes, anormais e débil mental” sendo chamadas de especiais e de pessoas cuja especificidade orgânica necessitava de um “tratamento”.

Termos esses que atualmente são considerados incorretos para se falar. Mas, infelizmente ainda as Pessoas com Deficiência são chamadas de “especiais e doentes” e citadas principalmente em sociedade e no âmbito escolar, e vista como pessoas limitadas como aponta Kassar (2013).

Um modelo de educação que foi difundido no Brasil também é o de Integração que segundo Mantoan (2003) a integração é um modelo de segregação, onde os alunos estão inseridos na sala de aula, porém esse paradigma de integração só se tem o acesso, as pessoas com deficiência não participam das atividades. Para a autora;

[...] O uso do vocábulo “Integração” refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência [...] . (MANTOAN, 2003, p.15).

A integração portanto, trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados, o aluno está inserido na escola, mas, não participa das atividades. O modelo de Educação Inclusiva garante portanto, o acesso, permanência, participação e a aprendizagem, e implica uma mudança de perspectiva educacional, já que não fica restrito apenas aos alunos com deficiência, mas também, os que apresentam dificuldades de aprendizagem.

Mantoan (2003) define o termo **Inclusão Total**;

[...] A inclusão total se aplica a todas as crianças com deficiência, a prática da Inclusão Total aponta casos de alunos com deficiências severas, múltiplas, notadamente a deficiência mental e os casos de autismo. (MANTOAN, 2003, p.22)

Para a autora é necessário que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras e adotem práticas adequadas de ensino que se adequem as diferenças seja de pessoas com ou sem deficiência. O princípio básico da Educação Inclusiva é que “todos os alunos, independentemente de suas condições sócio-econômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, seja, acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades” (UNESCO.1994).

Com a Política Nacional de Educação Especial de 2008, na perspectiva de Educação Inclusiva, nesse documento a educação especial realiza o Atendimento Educacional Especializado, disponibilizando os recursos e serviços que orientem para a utilização no processo de ensino-aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. Nesse decreto, foi definido como AEE o:

[...] Conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar

ou complementar à formação dos alunos no ensino regular [...] (BRASIL, 2008, art 1º, § 1º).

A partir da implementação o AEE, é realizado na sala de recursos multifuncionais da escola, e acontece no turno contra turno escolar com duração de cinquenta minutos realizado duas vezes na semana.

Conforme aponta Glat, Pletsh e Fontes (2007):

[...] Para a **escola tornar-se inclusiva**, a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, bem como rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem [...] (GLAT,PLETSH E FONTES, 2007, p.344, **grifo nosso**).

Dessa forma, a escola para ser considerada inclusiva a mesma precisa se auto-avaliar, re-desenhar a sua estrutura, práticas avaliativas, metodologias, estratégias de ensino, o PPP (Projeto Político Pedagógico), os recursos didáticos presentes utilizando e não deixando apenas nas caixas. Todos os sujeitos que fazem parte da comunidade escolar, necessitam se organizar internamente para que a escola venha se tornar inclusiva, a nova cultura escola que assume o compromisso com o processo de ensino-aprendizagem de todos.

Com a Declaração de Salamanca de 1994, é um marco da Educação Inclusiva, a Declaração reafirmou o direito a educação de cada indivíduo e teve como princípio norteador:

[...] Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, ou outras. Devem **incluir** crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados [...] (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p.17-18, **grifo nosso**)

Esse marco legal na luta pela inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, e indica a necessidade de se garantir o ensino a todas as crianças, jovens e adultos independentemente de suas especificidades. Há então, que as escolas devem se ajustar para matricular os alunos com deficiência se ajustando em sua infraestrutura, linguística para garantir o ensino. Dessa maneira, as escolas tem que encontrar a maneira de educar todas as crianças incluindo as que tem deficiência grave, e a declaração marcou o que conhecemos atualmente por, Educação Inclusiva.

Com a implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) lei de nº 9.394/1996, houve a universalização do ensino fundamental, muitas instituições especializadas criaram suas próprias escolas especiais. Na LDB, há o oferecimento da educação escolar para as pessoas com deficiência, em seu o atendimento educacional passa a ser feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL 1996).

Os sistemas de ensino então, deverão assegurar a partir da LDB 1996, que os educandos com deficiência serão atendidos diante das suas necessidades, na qual haverá currículos, métodos, técnicas e recursos educativos para a organização específica na escola,

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência de 2006, reafirma que todas as pessoas com deficiência tenham a garantia de poder desfrutar plenamente sem nenhuma discriminação os direitos fundamentais a todo cidadão. No artigo 24-Educação em seu inciso I apresenta:

1. Os Estados partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para realizar este direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes deverão assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida. (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIENCIA, 2006)

Com o documento da Política Nacional de Educação Especial de 2008 na perspectiva de Educação Inclusiva. A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades e realiza o Atendimento Educacional Especializado disponibilizando os recursos e serviços para orientar quanto a utilização no processo de ensino-aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial (2008) o AEE tem como função:

[...] identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a **plena participação dos alunos**, considerando suas necessidades específicas. [...] Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (Política Nacional de Educação Especial de 2008, p.10, **grifo nosso**).

Essa política prioritariamente organizou que o AEE fosse realizado na sala de recursos multifuncionais na própria escola ou em outra escola de ensino regular, que o atendimento educacional especializado aconteceria no turno inverso da escolarização.

Com a implantação da Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015, nas disposições em seu artigo 1º :

Art 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (LBI, 2015)

A LBI, consolida assim, ainda mais os direitos das pessoas com deficiência para a garantia de inclusão social e do exercício como cidadão. No capítulo IV-Do direito à Educação no Art. 27 apresenta a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

No Art.28 Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avalia. Ao que se refere aos incisos I e II;

I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II- aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de **acesso, permanência, participação e aprendizagem**, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena. (LBI, 2015, p.7, **grifo nosso**)

A perspectiva de inclusão é então, uma garantia legal para as pessoas com deficiência em relação ao ambiente educacional, garantindo aos alunos o acesso, permanência, participação e aprendizagem que definem uma educação inclusiva.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de caráter qualitativo com bases nas observações das visitas realizadas a Pesquisa a Campo em uma escola pública da rede municipal de ensino do Recife. Para a realização da pesquisa, foi realizado a coleta de dados indicado por Markoni e Lakatos (2003). A partir da contribuição das autoras Markoni e Lakatos (2003), a pesquisa de cunho qualitativa, é uma metodologia de caráter exploratório e interpretativo a partir dos dados coletados durante a pesquisa.

As autoras Markoni e Lakatos (p. 165, 2003), apontam que a coleta de dados possui vários procedimentos para a elaboração, utilizamos a coleta documental, observação, entrevista semi-estruturada.

Para as autoras, a pesquisa documental a sua principal característica é a que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não.

Durante as visitas foram realizadas análise documental: materiais didáticos dos alunos com deficiência. E observações na escola e na sala de aula dos alunos com deficiência e a entrevista para fazer parte da pesquisa, foi a entrevista semi-estruturada, aplicados a quatro sujeitos do ambiente escolar de acordo os objetivos da pesquisa.

A observação como aponta Markoni e Lakatos (2003) é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade e não consiste para as autoras apenas em ver ou ouvir, mas, de examinar de perto os fenômenos que deseja descobrir.

Para ainda os autores Markoni e Lakatos (2003);

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não tem consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade (MARKONI E LAKATOS, 2003, p.191).

A observação portanto, foi um instrumento utilizado para observar os aspectos físicos da escola, e se estes espaços tem acessibilidade para as pessoas com deficiência e foi registrado as anotações escritas no caderno de visitas a campo do que foi observado na escola, como também a partir das observações realizadas alcançar o objetivo da pesquisa de aprender como é o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência que estão inseridos na sala de aula. A partir de como é a relação professor-aluno, aluno-aluno, escola-aluno.

Conforme define Markoni e Lakatos (2003);

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (MARKONI E LAKATOS, 2003, p.195).

Dentre os tipos de entrevistas existentes escolhemos para fazer parte da das análises a entrevista semi-estruturada que é caracteriza por perguntas produzidas pelo indivíduo que são pré-determinadas, onde as respostas e os discursos dos sujeitos entrevistados são livres, podendo haver comparações.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da coleta de dados realizada em uma escola pública da Região Metropolitana do Recife, em entrevista com a gestora da escola foi relatado o seguinte quantitativo de Pessoas com Deficiência matriculadas na escola com laudo médico, um total de 12 alunos. As pessoas com deficiência enfrentam barreiras e dificuldades na vida, segundo Lima e Silva (2010) a barreira atitudinal é uma das barreiras mais comuns que as pessoas com deficiência enfrentam.

No contexto escolar essas barreiras ainda tem disparidades e interfere e impossibilita a educação dos alunos e a sua participação efetiva na escola que se traduz em posturas e atitudes discriminatórias e preconceituosas.

Para os autores Lima e Silva (2010), ainda existe visões estereotipadas sobre as pessoas com deficiência que essas ainda são vistas como pessoas incapazes, limitadas e que não conseguem realizar algo porque apresenta uma dificuldade por conta de sua “deficiência”.

E as pessoas com deficiência são segregadas nos diversos ambientes sócias, seja no trabalho ou no âmbito escolar, e continuam a sofrer barreiras, de comunicação e acessibilidade. Conforme define Lima e Silva (2010, p.5) a barreira atitudinal nem sempre são intencionais ou percebidas no âmbito escolar.

A participação da comunidade escolar nos processos de mecanismo escolares, é relevante para a qualidade do funcionamento da gestão escolar, pois relaciona-se a democracia, a participação das pessoas com deficiência na escola é fundamental para que estas tenham vez e voz nos processos participativos que buscam a melhoria interna da escola, e deve se incluir e não excluir o segmento representativo dos alunos seja com ou sem deficiência, para que a gestão democrática seja efetivada com o processo de construção contínuo.

Conforme Camargo e Adrião (2003);

Como princípio a gestão democrática, articula-se ao princípio da igualdade, proporcionando a todos os integrantes do processo participativo a condição de sujeito, expressa no seu reconhecimento enquanto interlocutor válido. [...] Como método, deve garantir a cada um dos participantes **igual poder** de intervenção e decisão, criando mecanismos que facilitem a consolidação de iguais possibilidades de opção e ação diante dos processos decisórios. (CARMARGO e ADRIÃO, 2003, p.30, **grifo nosso**).

A partir do que os autores Camargo e Adrião (2003) teorizam, a principal característica da participação durante a gestão democrática é a divisão de poderes, para não ficar concentrado apenas no gestor escolar, então a comunidade escolar assume o papel de contribuir e consultar os processos desenvolvidos no interior da escola, para buscar soluções aos problemas presentes no ambiente escolar, principalmente ao que se refere as pessoas com deficiência que muitas das vezes não são ouvidas, pois ainda existe uma barreira atitudinal como apontam Lima e Silva (2010) que consideram as pessoas com deficiência como “incapazes” de propor mudanças e ser ouvidas quanto as dificuldades que ainda persiste no ambiente escolar.

A participação de todos os envolvidos no processo escolar, é decisivo para a qualidade da educação no ensino para melhorar a sua qualidade, e a presença precisa ser ativa, e não mera por reuniões de pais e mestres ou eventos bimestrais que acontecem no interior da escola, mas, a escola precisa aproximar os pais das discussões educacionais no âmbito geral ao específico, fazendo participar dos conselhos escolares, associações de pais e mestres e aos alunos os grêmios estudantis, principalmente as pessoas com deficiência que estas ainda são excluídas dos processos decisórios.

A partir do que foi observado e coletado na escola obtemos como resultado que as pessoas com deficiência não participam dos processos de representação estudantil e estas não tem vez e voz na escola, como também analisamos que, a partir das entrevistas o conhecimento dos profissionais de educação presente na comunidade escolar sobre a Educação Inclusiva ainda é muito pouco.

Mas, os profissionais que atuam há mais de 10 anos reconhecem a importância do aluno com deficiência de participar dos processos de representação estudantil e ser protagonistas na escola com ideias de mudanças internas na própria escola com o objetivo de dar vez e voz aos alunos de apresentarem as dificuldades que sentem no interior da escola de demandas e propor mudanças para que coletivamente todos que estão na comunidade escolar sejam beneficiados.

A partir do que foi observado e analisado na escola, os autores Lima e Silva (2010), apresentam 22 tipos de barreiras atitudinais presentes na escola, dentre delas observamos durante as visitas que das 22 barreiras, conhecemos que a escola pesquisada apresentou 8 barreiras atitudinais, sendo elas:

- **Ignorância:** desconhecer a potencialidade do aluno com deficiência.
- **Percepção de menos-valia:** avaliação depreciativa de capacidade, sentimento que o aluno com deficiência não poderá ou só poderá em parte.
- **Exaltação do modelo:** usar a imagem do estudante com deficiência como modelo de persistência e coragem diante dos demais.
- **Estereótipos:** pensar no aluno com deficiência comparando-o com outros com mesma deficiência [...].
- **Compensação:** acreditar que os alunos com deficiência devem ser compensados de alguma forma, minimizar a intensidade das atividades pedagógicas.
- **Particularização:** afirmar, de maneira restritiva, que o aluno com deficiência está progredindo à sua maneira, do seu jeito [...].
- **Baixa expectativa:** acreditar que os alunos com deficiência devem realizar apenas atividades mecânicas, exercícios repetitivos, prever que o aluno com deficiência não conseguirá interagir numa sala regular [...].
- **Padronização:** fazer comentários sobre o desenvolvimento dos alunos, agrupando-os em torno da deficiência, conduzir os alunos com deficiência às atividades mais simples, de baixa habilidade[...]. (LIMA E SILVA, 2010, p.5-7).

Conhecemos então, quais as barreiras das Pessoas com Deficiência matriculadas na escola no que se refere aos processos de participação estudantil e estas barreiras que ainda se perpetuam na escola precisam deixar de existir pois, só assim haverá o reconhecimento das Pessoas com Deficiência inseridos na comunidade escolar como protagonistas estudantil que são representados e tem vez e voz na escola.

Como aponta Sasaki (2009), o autor apresenta 6 dimensões da acessibilidade, que são: arquitetônica (caracterizada sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológicas (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação e etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos e ferramentas), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.), atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que tem deficiência).

Durante a observação na escola, das 6 dimensões apontadas por Sasaki (2009), foi identificado na escola cerca de 2 dimensões da acessibilidade: Instrumental, identificamos que na biblioteca não possui livros em Braille; Atitudinal, identificamos que a comunidade escolar ainda, enfrenta os alunos com deficiência como limitados, no que se refere a participação estudantil dentro e fora da sala de aula, que não conseguem por si próprio argumentar para que a demanda como aluno seja atendida e que mudanças sejam realizadas no interior da escola.

A partir do que foi vivenciado durante o processo de pesquisa, e a observação durante as visitas realizadas na escola, verificamos a importância da Educação Inclusiva no que se refere ao acesso, permanência, participação e a aprendizagem das Pessoas com Deficiência. E da importância dos alunos com deficiência no que se refere principalmente a, participação, não só no interior da sala de aula, como também nos demais espaços escolares reconhecendo a importância de se dar vez e voz aos alunos para que estes tenham sua participação efetiva nos processos de representação estudantil que compõem a escola rompendo com as barreiras atitudinais.

Ao investigar se na escola localizada na Região Metropolitana do Recife, havia de fato uma Educação Inclusiva e uma representação estudantil das PcD, concluímos que apesar de intencionada a participação de todos, pelo que se diz o Projeto Político Pedagógico, e os discursos que circulam no ambiente, a escola ela não se concretiza como deveria, talvez até se tenha a intenção, mas a ação de espaços que se dizem democráticos com a participação de todos os envolvidos, incluindo os alunos com deficiência matriculados, precisam ser repensados a todo o momento, para que todos os grupos tenham voz, participando ativamente de processos decisórios,

Educação inclusiva, portanto, significa educar todas as crianças em um mesmo contexto escolar de forma diferente e completa. Este tipo de educação não significa negar as dificuldades dos estudantes, pelo contrário.

Com a inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidade. É essa variedade, a partir da realidade social, que pode ampliar a visão de mundo e desenvolver oportunidades de educação igual pra todos.

A Educação inclusiva é uma prática de construção e está em fase de implementação. São muitos desafios para serem enfrentados, principalmente dentro da escola, mas, as iniciativas e as alternativas realizadas pelos educadores são fundamentais. Necessitando de esforços para além da convivência, para as possibilidades de participação e de aprendizagem efetiva de todos os alunos.

## 5 REFERÊNCIAS

BRASIL, **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_, **Lei n° 13.146, de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

CAMARGO; ADRIÃO, Tereza. **Princípios e processos de gestão democrática do ensino: implicações para os conselhos escolares**. Revista Chão da escola, Curitiba, SISMMAC, n. 2, p. 28-33, 2003.

GLAT, Rosana; PLETSH, Márcia; FONTES, Rejane. **Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade**. Santa Maria, v.32, n.2, p.343-356, 2007.

KASSAR, Monica de Carvalho Magalhães; MELLETI, Silvia Márcia Ferreira. **Escolarização de alunos com deficiências: desafios e possibilidades**. Campinas, Mercado de Letras, 2013. p. 33-76.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, Atlas, 5.ed, 2003.

LIMA, Francisco José de; SILVA, Fabiana Tavares dos Santos. **Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoas com deficiência na escola**, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.



ONU, **Declaração Mundial de Educação para todos**. Conferência de Jomtien, Tailândia, UNICEF, 1990.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr.p.10-16, 2009.